Sumário

§ Agradecimentos.....	2
§ Resumo.....	3
§ Introdução.....	4
§ Capítulo 1. As disputas sobre a memória.....	7
§ Capítulo 2. Arquivos e Instituições Públicas da Memória.....	19
Da Revolução documental à crítica do documento.....	22
§ Capítulo 3. Breve histórico sobre a Ilha Grande.....	25
O caso da Ilha Grande e a situação dos arquivos do sistema penitenciário na atualidade.....	26
§ Capítulo 4. A consolidação das histórias do cárcere no imaginário social.....	33
A experiência do ECOMUSEU.....	34
Quando o Carandiru vira filme.....	36
§ Considerações finais.....	41
§ Bibliografia.....	42

Agradecimentos

Tantas pessoas passaram pela minha vida ao longo do período da faculdade. Amigos de longa data, outros mais recentes, mas cada um com sua importância na minha vida. A minha família agradeço por cada momento, e sobretudo por entenderem, e relevarem minhas ausências durante o período da faculdade. A vocês meu muito obrigada!

Ao longo desses 5 anos, conheci muita gente nova, no entanto nunca me esqueço dos amigos, que trago de antes, Camilla, Nandy, Fernanda, Sarita e Raquel o tempo nunca apagará da memória os momentos que passamos juntas. A vocês meu muito obrigada!

Aos amigos do CPDOC, colegas de profissão, mas sobretudo amigos de sempre. Compartilhamos confidências e risadas, por vezes aborrecimentos, mas todas essas experiências foram importantes para que a nossa amizade se consolidasse. Muito obrigado, por cada discussão em torno da monografia, por cada almoço no Sapore (ECA!), pelas idas à FARANI e pela companhia sempre presente. Amigos de pouco tempo, mas com grande espaço no meu coração, a vocês meu muito obrigada!

À Juliana, Raíza e Roberta, pelas risadas, choros, alegrias, musiquinhas e dancinhas nos corredores da UERJ. Durante esses anos compartilhamos nossas vidas, medos, inseguranças, livros, e acima de tudo nossas XEROX. E isso o tempo nunca será capaz de apagar. A vocês meu muito obrigada!

À galera da igreja, por me fazerem aprender a valorizar a diferença e pelas saídas, que sempre me aliviavam a semana na volta pra casa! Aos meus filhos de círculo, simplesmente por existirem.

Aos tios emprestados, amigos dos meus pais, ou pais de grandes amigos, a orientação de vocês foi fundamental para o meu crescimento, obrigada!

Às pesquisadoras e também amigas, orientadores no trabalho, e grandes incentivadoras na vida profissional. Marly Motta e Regina Luz, a vocês meu muito obrigada!

À minha querida professora e orientadora Myrian, pelo carinho com que sempre me recebeu e pelos eternos incentivos, que não me deixaram amolecer, no período da realização da monografia. Pela simpatia e paciência com que acolheu minhas diversas mudanças de tema, do chorinho à Ilha Grande, e por não me deixar desistir. Muito Obrigada!

Ao meu “Amor de Muito” Fernando José, pelo incentivo eterno que me dá em tudo que faço. E a nova família que ganhei.

Aos meus pais e ao meu irmão Rafael. Sem vocês nada seria possível!

Ju, Maria Clara e Guigui, por vocês me ensinarem que a cada geração as esperanças se renovam!

Enfim a todos vocês, eu agradeço de coração. Afinal de contas a faculdade não se constrói apenas pelas disciplinas curriculares, mas também por disciplinas que não constam nos currículos acadêmicos, mas que apesar disso são extremamente importantes, para o nosso crescimento pessoal, e dessas disciplinas vocês são todos meus grandes professores.

Resumo

A intenção deste trabalho é buscar compreender melhor os lapsos da história, no sentido de que ao remontar um quadro de ausências, seja possível analisar e repensar os caminhos que a memória traça.

Fez-se portanto necessário, ressaltar o que foi esquecido. Pensar aquilo que foi simplesmente renegado a esfera do “nada”. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar a esfera do esquecimento, no que se refere à experiência vivida no campo sobre os documentos do presídio de Vila Dois Rios, situado na Ilha Grande.

A idéia inicial, inserida na pesquisa da professora Myrian Sepúlveda dos Santos, era trabalhar com a memória das instituições penitenciárias da Ilha Grande. No entanto, ao penetrar no campo, a pesquisa tomou novos rumos. Rumos estes que iam na “contramão da memória”. A falta de dados sobre a realidade pesquisada e a dificuldade de encontrar vestígios da história, se transformou num dado a ser pesquisado. Dessa forma penetrei no campo do esquecimento. A partir dos buracos encontrados na pesquisa é que encontrei meu objeto de estudo.

Convido-os, portanto a penetrar no universo, do que se deixou de lado. E a analisar as possibilidades que a história nos dá de repensar o caso do presídio da Ilha Grande, que, por conseguinte, nos auxilia a compreender a realidade dos documentos do sistema penitenciário, tal qual se apresenta hoje. Entre retalhos e remendos uma história de ausências foi se costurando, e mostrou que o “nada” também esconde consigo significados.

Dessa forma, esse trabalho pretende tratar memória e esquecimento em um mesmo plano. Para que seja possível entender melhor esse espaço de consolidação no imaginário social daquilo que é lembrado ou esquecido.

Analisar e repensar os vestígios da história ou a falta destes, como dados significativos, dando lugar ao esquecimento, e, portanto, evidenciando e denunciando o que ao longo do tempo se perdeu.

“Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. Em cofre não se guarda coisa alguma. Em cofre perde-se à coisa vista. Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado. Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.”
(CÍCERO, 1996, p.11)

Introdução

Qualquer um que pise na Ilha Grande, mais especificamente na Vila de Dois Rios, percebe a marca que o presídio tem ainda hoje na realidade dos que lá habitam. São pessoas, que em sua maioria, têm a história de sua vida entrelaçada com a história do Presídio. Nas conversas que tive com alguns dos moradores isso sempre foi ressaltado. Inclusive não é difícil ouvir por lá, que “a época do presídio, era melhor”. Um dos moradores de Vila Dois Rios descreve em poema: “Ó cadeia, minha cabeça nunca ti odeia”. Podemos perceber, portanto, que a história de vida dos moradores coexiste com a história do presídio. A marca que essa instituição tem na vida dos colonos é fundamental e nos auxilia a entender a concepção de memória enquanto constituída a partir de histórias concretas vivenciadas pelos indivíduos.

A intenção deste trabalho é apresentar e analisar questões que surgiram ao longo da pesquisa “História e Memória das Instituições Carcerárias da Ilha Grande”, realizada sob a orientação da professora Myrian Sepúlveda dos Santos, durante o período de agosto de 2003 a setembro de 2004. Esteve sob a minha responsabilidade, enquanto bolsista do projeto, levantar e catalogar documentação referente ao presídio da Ilha, que fica em Vila Dois Rios. Quando iniciei o trabalho na pesquisa, algumas etapas já haviam se completado em período anterior, principalmente no que diz respeito ao levantamento da documentação sobre a Ilha Grande existente no Arquivo Nacional, até a década de 1960. Nesse sentido, coube a mim, levantar documentação necessária para montar um quadro da história institucional dos presídios da Ilha no pós-60. As buscas não foram poucas: Academia Estadual de Polícia Sílvia Terra (ACADEPOL); Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Penitenciária Lemos de Brito, no complexo Frei Caneca e a

Escola de Agentes Penitenciários, além da documentação que foi encontrada na Ilha Grande e que estava no CEADS¹. Apesar das minhas andanças, pouca informação pode ser coletada. A configuração do problema se deu justamente sob esse aspecto: na dificuldade de encontrar documentação necessária à pesquisa. Onde estaria a documentação pós-60, referente aos presídios da Ilha Grande?

Parte da documentação relativa às penitenciárias de Vila Dois Rios foi encontrada em condições deploráveis na Ilha Grande e encaminhada ao Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), por intermédio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mas, a transferência ocorre com dificuldade, pois ambas as instituições sobrevivem com escassez de verbas públicas. Também foi encontrada documentação da Ilha Grande na penitenciária Vicente Piragibe, que por sua vez, fora encaminhada para a mesma instituição. No entanto, mesmo os documentos que estão sob os cuidados dos arquivos públicos encontram-se em estado precário e sob o perigo de deterioração. A dificuldade que se tem encontrado em seu acesso ainda persiste. Diante desse quadro, somos convidados a pensar também no papel das instituições de guarda. O caso dos documentos da Ilha Grande é interessante, para que possamos pensar as dificuldades que se constituem ao longo do processo de pesquisa que se apóia sobre os documentos das instituições carcerárias. Nas instituições de arquivamento, essa dificuldade se dá não somente na fase em que os documentos são recolhidos, mas durante todo o processo, de identificação, tratamento e disponibilidade ao público desses documentos.

Nesse vai e vem e diante das dificuldades encontradas, me vinham à cabeça questões com as quais me deparei no campo, e que já citei acima: a dualidade de percepções em relação ao presídio. Se por um lado os moradores o vêem enquanto peça fundamental, o Estado, por sua vez, trata essa questão com certa nebulosidade, na medida em que não preserva a documentação pertinente. Diante de uma mesma situação inúmeras questões se levantavam para o debate. Conceitos como lembrança, conservação e memória emergiam ao longo dos meus questionamentos. Lembrar porquê? Guardar porquê? Preservar porquê? A quem interessa essa história?

¹ O Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, situado no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Ilha Grande, foi inaugurado em 1998. O prédio do Campus funciona em uma das antigas edificações do Presídio de Vila Dois Rios. A concessão do território foi concedida à Universidade após a implosão do presídio em 1994. Assim sendo, a UERJ inicia suas atividades de pesquisa, realizadas em diversas áreas de conhecimento, em 1995.

É justamente a partir desses questionamentos que inicio meu trabalho. A idéia dessa pesquisa é trabalhar em cima da dificuldade de encontrar documentação, tentando entendê-la dentro de um contexto histórico específico. O fato de não se encontrar esses documentos, é um registro que merece ser analisado, porque também esse vazio faz parte da memória que se construiu historicamente sobre o presídio da Ilha Grande.

Analisar esse vazio documental, a fim de melhor compreendê-lo. Evidenciá-lo e não escamoteá-lo, a fim de dar uma contribuição ao debate existente em torno da questão do cárcere. Compreender melhor a nebulosidade que circunda essas instituições, analisando os conflitos e evidenciando o vazio existente em relação à documentação institucional é a intenção desse trabalho.

“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.”

(LE GOFF, 1984, p.13)

Capítulo 1

As disputas sobre a memória

A percepção da existência de conflitos no que diz respeito à história que se constitui em relação ao presídio de Vila Dois Rios é fundamental para que possamos iniciar o debate em torno da concepção de memória. Nesse sentido, irei trabalhar com a idéia de que o conceito de memória se origina em um espaço de disputa entre os diversos atores envolvidos pela realidade em que estão mergulhados. De acordo com essa perspectiva, a memória coletiva se constitui no diálogo entre esse amalgamado de percepções sobre o passado. Lembrar-se é, portanto, construir o que se encontrava submerso. Dessa forma, as lembranças individuais, assim como os relatos e documentos oficiais, são ingredientes que compõem a memória que se tem de um momento histórico específico.

De acordo com Bergson², as percepções que se constroem de uma realidade possuem uma base material, inscrita nos corpos dos indivíduos a partir do contato com o meio e com o mundo social no qual se encontram imersos. Nessa perspectiva, o conceito de memória está intimamente relacionado às percepções, ao lado subjetivo do conhecimento que os indivíduos tem no presente acerca dos eventos passados. E é justamente a partir das percepções a cerca das coisas presentes, que as experiências do passado são evocadas. No entanto, Bergson chama atenção para o fato de que a memória só se constitui a partir do momento em que o passado se conserva nos indivíduos. Ele é acionado a partir do contato com o momento presente, e surge por meio da lembrança. Bergson vai considerar duas formas de memória, a *memória-hábito*, que surge a partir da repetição de gestos ou palavras

² Filósofo e escritor francês. Em 1900 é nomeado professor no Colégio de França. Membro do Instituto de França desde 1901, ingressa na Academia Francesa em 1914. Em 1928 obtém o Prêmio Nobel de Literatura.

e que nos permite reproduzir aprendizados do passado que foram adquiridos ao longo do tempo, como em atos de escrever, falar uma língua estrangeira ou dirigir. Este tipo de memória estaria intimamente relacionado às exigências de socialização, por ele chamadas de “adestramento cultural”. A esse tipo de memória se opõe aquele que ele vai chamar de “*imagem-lembrança*”, lembranças puras de episódios que se constituem enquanto lembranças independentes de hábitos e que remontam ‘autênticas ressurreições do passado’, “a imagem lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia.” (BOSI, 1987)

Maurice Halbwachs³, por sua vez, se confronta com a idéia de Bergson de que a memória seja uma ‘autêntica ressurreição do passado’, e que esta possa a se constituir enquanto memória pura. Para Halbwachs se lembramos é porque os outros e as situações do presente nos fazem lembrar.

“A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (BOSI, 1987, p.17)

É a vida do indivíduo no momento presente, no contato com os demais e com as instituições, que direciona o curso da memória. Não há, nesse caso, uma memória guardada e intocada. Ao contrário, é a partir da vivência, que a memória toma seu rumo e se constitui enquanto relato do passado. Memória para Halbwachs, é, portanto, trabalho, e não devaneio. É recorte e não totalidade. A lembrança é ativada a partir do presente, e, além disso, é avaliada com os instrumentos que o presente oferece. Nesse caso se a memória está intimamente relacionada com as percepções e estas se modificam durante a vida do

Morre durante a ocupação alemã de França após expressar a sua adesão moral ao catolicismo, apesar da sua origem judia. Fonte: <http://www.vidaslusofonas.pt>. Acesso em: (25/6/2006).

³ Sociólogo francês, discípulo de Durkheim, mas que teve sólida formação em filosofia, sendo inclusive aluno de Bergson. Sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva. Lecionou em vários liceus antes de viajar à Alemanha em 1904. Retornou à França em 1905, onde influenciado por Émile Durkheim se interessou por sociologia. Em 1909 voltou à Alemanha para estudar marxismo e economia. Logo após a Primeira Guerra Mundial Halbwachs tornou-se professor de sociologia e pedagogia na Universidade de Strasbourg. Também lecionou como professor visitante ano na Universidade de Chicago e em 1935 foi convidado para lecionar sociologia em Sorbonne. Em 1944 recebeu uma cátedra de psicologia social no Collège de France. Socialista convicto, Halbwachs foi detido pela Gestapo após a ocupação nazista de Paris e deportado para Buchenwald, onde foi executado em 1945. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: (25/6/2006).

indivíduo, cada vez e a cada momento que se olha o passado, este pode ser diferente e realmente o é. Esses olhares em direção ao passado, o ato de lembrar-se, se orientam pela posição desempenhada no momento presente. Nesse caso, a imagem pura sugerida por Bergson só seria possível caso as mudanças que ocorrem ao longo da vida do indivíduo a partir das variações de percepção sobre o mundo não ocorressem. Se, ao longo da vida, o indivíduo pudesse manter intactas as suas percepções acerca das coisas, poderíamos falar em memória pura.

Essa concepção de memória de Halbwachs me faz pensar no caso da lembrança viva que os moradores de Dois Rios têm sobre o presídio. Nesse caso, a situação de carência em relação ao presente cria uma lembrança positiva em relação ao passado que se mantém viva na lembrança de muitos moradores. Seu Hotair, morador de Vila Dois Rios é um dos moradores que mantém as lembranças vivas em relação ao tempo em que o presídio funcionava, é ele o responsável por um Jornal que circula na Vila e que fala das lembranças do lugar.

“...Após sua aposentadoria como funcionário do Instituto Penal Cândido Mendes, Hotair passou a editar por conta própria um jornal trimestral chamado *A Redação da Vila*, como uma forma de ocupar o tempo. O jornal, no entanto, não é, de forma alguma, um periódico apenas informativo à comunidade. Sua singularidade reside no fato do mesmo ser um jornal de memórias da Vila Dois Rios. Produzido e escrito por Hotair, o jornal conta em média com vinte a trinta páginas. Ele escreve matérias sobre a atual situação da vila, conta histórias da época do presídio, publica poemas e documenta com fotografias e desenhos os principais eventos e acontecimentos da vila.” (SANTOS, 2006, p.16-17)

De acordo com os moradores que vivenciaram o período de funcionamento do presídio, a situação era bem mais confortável. A economia de Dois Rios se confundia com a economia do presídio. A atmosfera de abundância, comumente citada em relatos, pode ser percebida em alguns documentos da época, que citam o desvio de produtos alimentícios enviados para o presídio para o uso pessoal dos moradores da Vila. Comida não faltava! O poder público se fazia presente em Vila Dois Rios. O suporte econômico, que tinha por base manter o funcionamento do presídio acabava por manter a Vila atendida em suas necessidades básicas de funcionamento. Estradas bem cuidadas, acesso aos bens alimentícios eram comuns na época. Alia-se a isso a possibilidade de ascensão que a vida

como funcionário público do presídio possibilitava. As famílias se mantinham com o dinheiro que se ganhava trabalhando no presídio. Naquela época,

“Conta-se que o senhor Moacir, morador da Rua Espírito Santo na Vila Dois Rios, foi há muitos anos, isto é a mais de meio século, mordido por uma venenosa serpente vermelha no Caxadaço e foi tratado aqui mesmo no interior do presídio, onde se tinha todo o recurso para o socorro, e tratamento, médico-clínico, enfermeiro 24h por dia, isto quer dizer que a medida que avançamos no tempo dito moderno, nos afastamos do desenvolvimento tecnológico; a tecnologia se distancia do cidadão de forma que pode ocorrer a morte por falta de uma simples injeção de soro, coisa que naquele tempo atrasado, ainda em início da industrialização, não ocorria. (Jornal *A Redação da Vila*, 2004, p. 7)” (SANTOS, 2006, p.35)

É interessante analisar como se constróem nessa narrativa as percepções em torno das concepções de tecnologia e atraso. Percebe-se portanto que “naquele tempo atrasado” as coisas funcionavam melhor e com maior rapidez. A nostalgia que se relaciona ao período em que o presídio funcionava em Vila Dois Rios pode ser claramente percebida nessa fala do Seu Hotair. A tecnologia é vista como um atraso, porque para os moradores da Vila o passar do tempo não representou avanços tecnológicos no que diz respeito às suas experiências materiais. Como nos confirma Seu Hotair, no “tempo atrasado”, as coisas funcionavam melhor.

Um outro fator muito interessante e que não deve ser deixado de lado era que existia um ambiente de poder que pairava na Ilha Grande. Os moradores, como funcionários do presídio gozavam de certo prestígio. Afinal de contas, em terra de ninguém, eles como funcionários públicos, representavam a oficialidade. Hoje, ao contrário, vivem no ostracismo. Suas vidas, assim como a história da instituição, caem no esquecimento. A quem interessa essa história? Se a pergunta vale para o presídio, também está certamente relacionada com o esquecimento em que vivem os moradores de Vila Dois Rios.

Percebe-se portanto que a marca do presídio ainda é muito forte, para os moradores de Dois Rios, e que o grupo que ali reside a mantém viva. As sempre lembradas histórias de fartura de uma época, de um período em que eram melhores as condições das estradas, de um momento em que o olhar do Estado era mais cuidadoso em relação à Vila e de tantas outras histórias contadas pelos que vivenciaram aquele momento, não permitem que essa

atmosfera e as memórias de uma época possam sucumbir. No entanto, a poucas milhas dali, quem guarda lembranças do presídio da Ilha Grande?

“É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados “perdem-se”, “omitem-se”, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. Assim, quando o sujeito os evoca, não vem o reforço, o apoio contínuo dos outros: é como se ele estivesse sonhando ou imaginando; e não por acaso duvidamos, hesitamos quando não confundimos, sempre que devemos falar de um fato que só foi presenciado por nós, ou que sabemos “por ouvir dizer”. (BOSI, 1987, p.27)

O presídio ou a memória do presídio se mantém viva para os moradores da Ilha, porque ele é presente ali, não só nas ruínas de sua construção. A maioria dos que ali moram tem uma relação pessoal com o lugar e com as experiências ali vividas, que não os permite esquecer. O presídio é parte de suas vidas.

Memória nos remete a lembranças, estas por sua vez nos remetem a fatos acontecidos no passado. O reavivamento da memória é um exercício constante, visto que memória é justamente aquilo que se mantém vivo na lembrança coletiva de um grupo social. Nesse sentido, gostaria de chamar atenção para a importância dos documentos, para que a memória se mantenha viva. Obviamente, não pretendo considerar que os documentos sejam peças prioritárias para a construção da memória. Eles fazem parte de uma quantidade sem-número de gavetas, às quais o historiador deve acessar a fim de pensar, analisar e sobretudo criticar. Mas é fundamental abordar o passado também a partir dos registros oficiais.

Falar de memória, portanto, logo nos remete a pensar em esquecimento. No entanto, proponho a partir desse trabalho pensar o que foi esquecido não em detrimento daquilo que foi lembrado. Mas conferindo a essa esfera, a do que se perdeu, uma certa autonomia, com o objetivo de enriquecer a análise. Na história existem os eventos que devem ser lembrados, enquanto outros são fadados ao esquecimento. Se no entanto memória é aquilo que é capaz de permanecer vivo, podemos perceber que esta se mantém quando há intencionalidade em fazê-lo. Ela se cria em um espaço de disputa, e só se mantém viva, quando se fala, se ouve, ou se lê sobre ela. Na medida em que os registros vão escasseando há uma tendência ao esquecimento. Existe, portanto, algo da ordem do interesse dos indivíduos, dos grupos aos

quais eles pertencem, das instituições, bem como do Estado em fazer com que determinados fatos sejam lembrados.

Como nos apresenta Durkheim, existem fatos que são anteriores e exteriores aos indivíduos. Como podemos então apreendê-los? Estes foram de alguma maneira passados para nós de forma subliminar, tal que operamos de acordo com esses conceitos, inconscientemente. Fazemos sem saber ao menos o porquê. No entanto só o fazemos e apreendemos estas regras porque elas se mantêm vivas entre os indivíduos participantes da rede social em que se encontram imersos.

“Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’.” (POLLAK, 1989, p.1)

Dessa forma podemos perceber que a memória só é alimentada e mantida quando continuamente solicitada. Essa solicitação se dá em meio a relações de poder, e atende a interesses de grupos. Há algo que nos faz, nos auxilia, ou mesmo nos induz a esquecer ou lembrar. Halbwachs trabalha com a idéia de que a memória se constitui em um espaço de disputas de poder. Nesse contexto, encontramos uma memória oficial que dispõe de meios para manter uma determinada versão do passado (comunicação – mídia, educação, documentos, arquivos, etc.). Diante desse quadro, Pollak utiliza a expressão “memória enquadrada”, quando se refere a esta perspectiva de dominação. Dominação que nesse caso, não significa unicamente a dominação do Estado, mas pode significar a dominação de um grupo social sobre outro, ou mesmo a dominação de um discurso sobre outro. Existem na sociedade e em torno de determinados eventos, grupos que detêm uma determinada memória e que para isso selecionam discursos que vão de encontro às idéias dominantes. “Memória enquadrada” seria, portanto, a memória guardada, trabalhada e solidificada, que representa interesses de grupos ou instituições e confere coesão aos eventos.

Somos muitas das vezes capazes de lembrar de eventos positivos. No entanto, onde guardamos as experiências mal-sucedidas? Quando e porquê lembramos do indesejável? Como a história se refere aos momentos desagradáveis?

O interesse pela questão da memória vem ganhando espaço ultimamente, pelo fato de que a rapidez proporcionada pelas novas tecnologias de informação contribuem para diminuir o espaço existente entre o presente e o passado. Em tempos de relações efêmeras, emergem a todo momento novas questões sobre a manutenção do passado. Criam-se museus, anexam-se bens culturais materiais e imateriais ao patrimônio histórico nacional, em busca da necessidade exagerada de guardar e manter vivo na memória. A cultura contemporânea se viciou nesta idéia de memória. O esquecimento por sua vez “não tem boa mídia”(HUYSSSEN, 2005, p.22). Associou-se a ele, ao longo do tempo uma imagem negativa, como algo que omite o execrável na história da humanidade. Em oposição a essa idéia condecorou-se a memória com a medalha da coesão social. Como nos coloca Andreas Huyssen, “lembrar tem uma função social”. Este fenômeno é valorizado em detrimento do esquecimento, que por sua vez não apresenta nenhum valor social.

Neste trabalho pretendo andar na contramão da memória, ressaltar o esquecido e analisar seu significado. Esquecer é tornar ausente. O esquecimento é, portanto, dotado de significados e representa uma visão tão forte como a lembrança. Pretendo chamar atenção para o que foi silenciado, a fim de exaltar os seus caminhos.

Segundo Huyssen, a memória, de qualquer forma, parece requerer esforço e trabalho; o esquecimento, ao contrário parece simplesmente acontecer. Nessa perspectiva, devemos nos despir da idéia do esquecimento como constitutivo da memória, porque isso mantém o domínio da memória. Deve-se portanto reconhecer o espaço do esquecimento enquanto um espaço próprio, que se relaciona com a memória, mas não a forma, ou constitui. Sendo assim, devemos pensar essas duas esferas a partir de suas características específicas, apesar de sabermos que elas ocorrem de forma entrelaçada.

“É necessário situar o esquecimento num campo de termos e de fenômenos tais como silêncio, ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão – que revelam um espectro de estratégias tão complexas quanto às da memória.” (HUYSSSEN, 2005, p.24)

Ao considerar esse novo prisma, desmonta-se a idéia do esquecimento enquanto nada. A partir daí ele é colocado na mesma dimensão da memória, no sentido que passamos a lidar com a idéia de esquecimento também como trabalho e não como simples ausência ou “devaneio”.

Considerando que a lembrança dos fatos indesejáveis é rara, porém não impossível, vou considerar o exemplo concedido por Husseyn, no caso das mortes da ditadura argentina. Segundo ele, o fato de esta lembrança desconfortável ser mantida na memória se deu pelo fato de existir um movimento que criou um imaginário positivo e que foi capaz de criar uma comoção nacional contra os horrores da ditadura. Existia uma forte possibilidade desse ser mais um evento fadado ao esquecimento. No entanto, no caso da Argentina

“a figura purificada da vítima inocente apolítica foi ganhando força. Política e história foram com frequência reduzidas à linguagem da família e das emoções, claramente visível no formidável filme *La Historia Oficial* de Luis Puenzo, que se transformou num êxito internacional...” (HUYSEN, 2005, p.28)

No caso da ditadura militar brasileira, apesar de se haver conseguido colar uma imagem romantizada sobre o militante político de esquerda, não chegou a se constituir um movimento forte da sociedade civil que tivesse força para resgatar essa história a fim de mantê-la viva. A história de presos políticos é algo que interessa a determinados grupos sociais esquecer. Nesse sentido, como o movimento da sociedade civil de lembrar é mais fraco que o oficial, o esquecimento continua a imperar. O discurso das famílias e dos demais envolvidos com o cárcere não são capazes de arrancar o peso da culpa que a sociedade deposita em relação à marca do cárcere. Dessa maneira, o esquecimento e a falta de interesse do Estado pelas políticas que envolvem as instituições carcerárias ganha um aliado fortíssimo, a sociedade civil. Este quadro é capaz de manter essa relação de nebulosidade e silêncio diante das maldades da tortura. Podemos perceber que a memória se constitui num espaço de embate, e nesse aspecto, o Estado defende seus interesses e mantém vivo através da mídia, da educação e do acesso aos documentos aquilo que lhe é conveniente. Em contrapartida, os grupos da sociedade civil que querem lembrar não têm força suficiente no confronto dos discursos, ocorrendo uma minimização de conflitos. Dessa forma podemos perceber que sem o fortalecimento dos que querem lembrar, no sentido de travar um embate, a história da ditadura, a possibilidade de vitória do discurso oficial, escamoteando conflitos e tapando buracos é muito grande.

Desse modo, percebemos que o discurso oficial é extremamente forte, principalmente pelo fato de possuir em suas mãos os canais difusores dos seus interesses. Os grupos da sociedade civil por outro lado, mesmo aqueles que se organizam, têm

dificuldade em deter o acesso a esses meios, e mantém seus discursos vivos através da história oral, que circula apenas em círculos restritos e familiares.

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (POLLAK, 1989, p.3)

Portanto, como nos apresenta Michael Pollak, essas teias de memória subterrâneas não foram esquecidas, mas na impossibilidade de se firmarem ou combaterem os discursos oficiais, circulam em meios específicos, subterrâneos, onde aguardam o momento de emergir e ganhar visibilidade. Apesar de os discursos oficiais serem detentores dos meios de manutenção da memória, eles não são capazes de controlar os caminhos que ela percorre. Nesse sentido, Pollak nos coloca diante dos riscos do olhar ao passado, na medida em que os grupos dominantes jamais poderão controlar essas movimentações que a memória faz. Os discursos subterrâneos, da mesma forma que podem estar fadados para sempre aos circuitos familiares, podem a qualquer momento emergir e fazer cair “os tabus conservados pela memória oficial anterior.”

Ao contrário do discurso oficial que tende a amolecer os conflitos existentes, as experiências daqueles que tiveram de alguma forma contato com a realidade do cárcere são mais difíceis de serem esquecidas. Essas instituições marcam as pessoas que de alguma maneira tem contato com seu universo, sejam estes funcionários, visitantes, além dos próprios detentos.

Como nos diz Foucault em sua obra “Vigiar e Punir”, no século XIX, há a passagem da idéia do espetáculo da punição do crime para a certeza de que essa punição seria cumprida no interior dos muros dos presídios.

“é correta a análise de que as prisões, que eram utilizadas em sociedades pré-modernas apenas como garantia de que os acusados pagariam suas multas e receberiam seus castigos corporais, tornaram-se, a partir de meados do século dezoito, o castigo propriamente dito. Também é de crucial a importância a observação de Foucault de que a violência continuou sendo inerente ao sistema punitivo ainda que sob nova forma e longe do olhar público” (SANTOS, 2005, p.4)

A violência é, portanto, transportada para o interior dos presídios. Dentro desses muros tudo é permitido. Conforme nos apresenta Myrian Sepúlveda, a prisão é por si só uma maneira violenta de tratar o preso, pelo fato de atentar contra a liberdade. Aliam-se a isso, as práticas perversas de violência e as condições sub-humanas que são freqüentemente denunciadas, evidências que voltam à tona sempre que acontece alguma rebelião. Estas rebeliões, cada vez mais freqüentes no Brasil e no mundo, ao invés de suscitarem uma polêmica sobre as condições a que os indivíduos estão submetidos, geram um debate sobre o aumento de efetivo, construção de novas instituições, e endurecimento do sistema, sem acrescentar muito à discussão sobre a natureza da punição em prisões, e os questionamentos em torno do debate sobre a instituição. Essas denúncias sobre barbáries no interior do sistema penitenciário deveriam nos fazer pensar se as prisões, da maneira que são pensadas pelo Estado e pela sociedade, cumprem a função a que se propõem: a de proteger a sociedade e ressocializar o indivíduo condenado.

A sociedade civil discute pouco essas questões, o que nos remete a pensar novamente no seu pequeno comprometimento com debate sobre o cárcere. Um dos discursos bastante comuns em relação à violência e às prisões é o de que direitos humanos “não são coisa pra preso”. O que nos leva a considerar as categorias que são utilizadas para pensar os presos neste caso. Excluir a população carcerária dos direitos básicos do ser humano aponta para a idéia de que o detento não pertence à categoria de humano. Se os direitos humanos devem se estender a todos os homens e se os presos não têm direito a eles, chegamos a conclusão de que os presos não são humanos, ou que pelo menos não precisam ser tratados como tal. Pensá-los fora da categoria de “humanos” legitima a falta de responsabilidade que a sociedade demonstra sobre o que acontece com a população carcerária e a liberta da culpa de ver indivíduos serem tratados em condições sub-humanas de vida. Um discurso muito comum na mídia e que contribui para a afirmação desse olhar, é o fato desta tratar os “bandidos” como homens extremamente maus e perversos, que por um desvio individual ou que por instinto resolvem matar e roubar, no sentido de ir contra a “ordem” estabelecida. Mais uma vez a sociedade se liberta de sua culpa. Podemos perceber, portanto, que a todo momento há uma necessidade de diferenciar o “nós” do “eles”. É como se uma muralha estivesse sendo erguida ao redor de determinados grupos. A igualdade, por

sua vez, se estabelece somente no interior desses grupos, do outro lado da muralha as regras do jogo são outras.

Existe, portanto, uma necessidade de fazer com que os discursos submersos possam emergir, a fim de enriquecer o debate em torno das instituições penitenciárias. Envolver a sociedade civil é nesse sentido fundamental. Porque só a partir desse envolvimento será possível ter acesso a discursos até então submersos, evidenciando os reais pilares sobre o qual se constitui a memória oficial.

Em relação à documentação da Ilha Grande e sobre a dificuldade de encontrá-la, acredito que essa dificuldade seja comum ainda hoje em outras diversas instituições carcerárias. Não se encontram esses documentos, mas ao mesmo tempo quem se interessa por eles? O Estado pode e tem o poder de barrar visitas, trocar os prisioneiros de lugar, manter os arquivos desorganizados, tudo isso com o objetivo de dificultar e até mesmo apagar os vestígios dessa documentação.

“...afinal, com quem se identifica o historiador do historicismo? A inelutável resposta é: com o vencedor. Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder. Com isso já se disse o suficiente para o materialista histórico. Quem até esta data sempre obteve a vitória participa da grande marcha triunfal que o dominador de hoje celebra por cima daqueles que hoje estão atirados no chão.” (BENJAMIN, 1985, p. 156-157)

É preciso compreender, portanto, que a memória assim como a história se constituem em um espaço conflituoso de disputas de poder. O Estado detém em suas mãos diversos mecanismos que evidenciam a sua força diante desse cenário. Se não houver um movimento forte de contrapartida da sociedade civil, que se interesse pela situação dos condenados, a história das instituições penitenciárias continuará sem suportes da memória. A manutenção em torno da idéia de que as implosões por si só resolvem o problema, aliada à perda da força das memórias não oficiais, que tendem a se perder no tempo, contribuem cada vez mais para o distanciamento da sociedade em torno das histórias do cárcere. Uma vez que as implosões surjam como poderoso instrumento do Estado, em sua aparente proposta de repensar o sistema penitenciário e em contrapartida a isso poucos se encorajem em denunciar o aparato funcional das penitenciárias no Brasil e no mundo. Essas histórias

tendem a penetrar no imaginário oficial como lembranças esparsas, que não possuem relação alguma com a vida da maioria dos indivíduos, se tornando por fim meros panos de fundo para filmes e livros, nacionais e internacionais. Afinal de contas, não foi esse o fim de Alcatraz?

“De facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.”
(LE GOFF, 1984, p.95)

Capítulo 2

Arquivos e Instituições Públicas da Memória

Faz-se necessário, portanto, antes de falar do caso da Ilha Grande, traçar um pequeno histórico sobre a preocupação com os documentos públicos, que é pertinente desde o início do que muitos historiadores conceituam como sendo a modernidade.

“Os historiadores portugueses apontam 1378 como o ano de provável criação do Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal. Esses arquivos de Estado, cujo modelo vigorará até final do século XVIII, tinham como principal finalidade colocar nas mãos dos soberanos um importante instrumento de governo – a informação. Nesse sentido serão secretos e estarão exclusivamente a serviço das monarquias. A Revolução Francesa romperá com esse modelo criando os arquivos nacionais, cujos objetivos consistiam em atender ao Estado e à nação, isto é, às demandas do cidadão.” (COSTA, 2000, p.2)

Já nessa época, chamava-se atenção para a importância das informações possíveis de serem extraídas dos acervos documentais. Os arquivos foram criados pelos Estados com o objetivo de atender a interesses favoráveis e que fortalecessem os estados nacionais.

Benedict Anderson trabalha com a idéia de pertencimento, da construção da nacionalidade. Nesse sentido, analisa as transformações ocorridas no mundo que possuíram um caráter agregador, propiciando a idéia de nação. Ele faz um passeio sobre a construção da nacionalidade, ao analisar os componentes que a formam. A língua, o advento da escrita, da imprensa, entre outros, são elementos estudados por Anderson, para que se possa compreender como se deu a criação do ambiente nacional, ao longo do tempo. Europa, Estados Unidos e colônias no mundo inteiro fazem parte da narrativa elaborada, neste traçado sobre a construção dos Estados-nação, que organizam em torno de si povos diferentes e criam um ambiente favorável para a manutenção de ideais coletivos

dominantes. Esses encontram espaço fértil na disseminação dos interesses da nação, nos campos da ideologia, da educação, das normas administrativas e dos meios de comunicação.

Nesse sentido, podemos perceber que o conceito de nacionalidade, em sua origem, já carregava consigo uma questão de poder que pode ser claramente percebida. Cria-se a partir da idéia de nacionalidade todo um contexto, que viesse convergir com esses ideais. Arquivos, museus, livros e a arte em geral comemoram essa idéia de pertencimento.

O controle ao acesso da documentação deve ser pensado dentro dessas relações de poder e disseminação ideológica que a formação dos Estados-nação corroborou, na medida em que se pôde criar ambiente favorável ao surgimento de idéias em torno da nacionalidade e à cristalização de comportamentos que fossem de encontro com essa premissa.

A Revolução Francesa é um marco na história das instituições de memória, pois somente a partir de seu advento e imbuídos pelo seu espírito, historiadores e pesquisadores do mundo todo passaram a exercer pressão para que os arquivos abrissem suas portas à pesquisa. Pode-se acompanhar, a partir daí, o surgimento de vários arquivos nacionais no mundo.

No Brasil, o Arquivo Público do Império foi fundado em 1838, no momento de afirmação da independência do país. Nesse sentido, sua principal função era atender aos interesses do Império, funcionando a partir da concentração da informação e do controle rígido ao acesso à documentação. O Arquivo Brasileiro visava fortalecer as estruturas do Estado e consolidar a monarquia. Para alcançar isso era necessário recolher e controlar o acesso à documentação produzida pela administração pública.

“Dessa forma, o Arquivo, como as demais instituições culturais e científicas do período, foi gestado no bojo do processo de construção do Estado e da nacionalidade, como co-partícipe desse processo, com a finalidade, sobretudo, de subsidiar o Estado na sua ação administrativa e na ordenação jurídica da nova sociedade. Como instituição de caráter instrumental, o Arquivo estará voltado para dentro do Estado, guardando e fornecendo os documentos necessários à consolidação deste. Ao contrário dos arquivos nacionais europeus, sua dimensão pública ou oficial, como demonstra seu próprio nome, se sobressai em detrimento da dimensão nacional.” (COSTA, 2000, p.7)

As relações de poder do Estado no controle dos acervos documentais é uma relação constituída desde a formação da concepção de arquivo. Nesse sentido, considero que a dificuldade de encontrar documentação sobre o presídio da Ilha Grande, principalmente no pós-60, seja um aspecto inerente à formação dos arquivos, no Brasil e em outras partes do mundo. Dessa forma, podemos pensar o Estado como uma instituição capaz de se constituir enquanto formadora de uma memória social coletiva, no sentido de que ele detém em suas mãos o controle do acesso a documentos do passado.

Os arquivos são o lugar da memória oficial, aquilo que o Estado deseja lembrar e o que o beneficia. Que interesse teria, portanto, o Estado, em lembrar, guardar ou em fazer a manutenção de documentos de uma história de fugas, mortes e desvios de verba? Essa é uma história que não interessa nem ao Estado e, tampouco, à sociedade, que, em troca de uma pretensa segurança, se omite. Podemos perceber, portanto, que a documentação dos presídios fere em seu conteúdo o princípio da criação dos arquivos públicos no Brasil: a consolidação dos interesses de um Estado autoritário.

Nesse sentido, é interessante entendermos a diferença entre os conceitos de memória e história. E para isso eu vou utilizar a concepção de M. Halbwachs. Segundo ele, a memória coletiva é uma corrente do pensamento que detém do passado somente aquilo que é capaz de manter vivo,

“é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo.” (HALBWACHS, 1990,p.81)

Dessa forma, ao analisar a história, podemos entender que o Estado, não é capaz de controlá-la, sua força e seu poder consistem em agir sobre a construção da memória. O poder do Estado consiste na possibilidade de controlar a memória, na medida em que é capaz de limitar o acesso à documentação, e aos demais meios de difusão de conhecimentos e valores.

A formação dos arquivos públicos no Brasil está historicamente relacionada à formação do Estado brasileiro e da identidade nacional. A construção e a conservação da memória social coletiva, possibilitada a partir do acesso à documentação tem uma relação profunda com o poder do Estado. Certamente, os indivíduos não estão alheios a esse

processo de construção da memória. Estes não podem ser pensados como meros receptáculos, que por meio da coerção aceitam passivamente as demandas do Estado. Ao contrário, sabe-se que a sociedade é composta por diversas forças, que estão em meio a um conflito, onde os vencedores definem os parâmetros a partir dos quais vamos lidar.

Da Revolução documental à crítica do documento

Obviamente, o campo da memória e das lembranças não se mantém vivo simplesmente por conta do acesso à documentação. Estes apenas são um dos mecanismos que devemos ter em mãos para que seja possível pensar a construção da memória de um grupo. Compreender a parcialidade dos documentos, assim como de qualquer outro mecanismo que se possa ter acesso é fundamental, na tentativa de melhor examinar as formas de funcionamento da construção da memória. Os documentos são, portanto peças importantes para o ofício do historiador, na medida em que é possível, a partir deles, embora não unicamente a partir deles, olhar o passado, desvelando e compreendendo melhor os conflitos que o constituem.

A concepção de documento vem sofrendo modificações significativas ao longo da história. De acordo com Jacques Le Goff, “a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*.” (LE GOFF, 1984, p.95.). Os documentos representando uma herança do passado, na medida em que os documentos são representados enquanto escolha do historiador. Pode-se perceber, portanto, que Le Goff, introduz uma crítica à concepção de documento como verdade inatingível. O documento é escolha. Portanto, a análise do historiador que o utiliza como fonte histórica deve levar em consideração esse elemento.

O termo documento vai se inserindo no contexto histórico a partir do destaque de palavras como “provas, instrumentos e testemunhos”, que se aliavam ao desejo cada vez maior de comprovação científica. A partir da Idade Média já se pode perceber um triunfo do documento em relação ao monumento. Durante a Idade Média, foram criados documentos que mais tarde foram considerados representações falseadas da realidade. Data desse período o início da separação entre documentos falsos e verdadeiros. Essa perspectiva se fortalece na modernidade a partir da introdução do pensamento da escola positivista.

Esse olhar que se constitui em busca da razão e das verdades, aliado a um tipo de percepção em relação aos documentos que vem desde a Idade Média, são fundamentais para a realização do chamado triunfo do documento em relação ao monumento.

Concepções que se opõem ao império do documento se constituem ao longo da história. Os fundadores da Revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”⁴ insistiam na premissa do alargamento da concepção de documento, ao conferir a este um papel complementar. Nesse sentido, propunham que a história se fizesse com documentos, quando estes existissem, no entanto a esta deveria se fazer sem eles quando não existissem. Este ponto de vista rompia, portanto, com a idéia de que não se faz história sem documentos.

O alargamento do conteúdo do termo documento foi uma etapa fundamental para a explosão da chamada “Revolução Documental”. À luz dessa revolução passam a interessar não somente a história dos grandes homens ou dos grandes feitos. Passa a interessar à pauta da história a memória de todos, dos pequenos acontecimentos, configurados naquilo que Le Goff vai chamar de “registro paroquial”⁵. Nesse sentido, rompe-se a barreira da história enquanto constituída simplesmente pelos fatores grandiosos, passam a compô-la e a interessá-la os eventos menores que anteriormente eram desconsiderados. Essa “dilatação da memória” é possibilitada acima de tudo pelo advento da tecnologia.

Fala-se em história quantitativa. A partir dessa concepção os documentos passam a ter valor relativo, à medida em que são sempre pensados em relação às séries que os sucedem e antecedem. Esse tipo de análise se torna muito utilizada pela economia. A história tradicional tinha como pressuposto tratar os documentos como monumentos, na tentativa de recuperar o indizível, conferindo aos documentos o papel de tradutores de uma verdade única. A nova tarefa do historiador, discutida por Le Goff, faz o caminho contrário. E ao transformar documento em monumento, reconstitui a intencionalidade que o monumento confere ao documento. Reconstituir a intencionalidade, na intenção de que

⁴ *Annales d’histoire économique et sociale* (ou anais de história econômica e social) é a revista criada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, com novas proposições de análise do passado. Inicialmente uma revista de circulação limitada, com o tempo veio a mudar de forma drástica a concepção de análise histórica e ter alta aceitação entre os intelectuais, originando a chamada Escola dos Annales. Até hoje é publicada com o nome de: *Annales: histoire, sciences sociales* (anais: história, ciências sociais). Fonte: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: (25/6/2006).

⁵ Ver mais em: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *Enciclopédia EINAUDI*. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, p. 95-106, 1984.

cientos dela torne-se possível desviar das ciladas da crença na objetividade intocável do documento. Ao pensar o documento enquanto monumento, o historiador faz o caminho inverso ao do pretendido na Idade Média. A partir da certeza de que essa verdade é inatingível o historiador atual, deve ao estar ciente dessa nova concepção de documento estar apto a pensá-lo, analisá-lo, e, acima de tudo, criticá-lo.

Não pretendo, portanto, sugerir, que a documentação seja peça única capaz de reconstituir o passado. Muito menos dizer que este seja, quando acessado, possível de nos fazer conhecer a verdade de uma época. Afinal de contas como nos esclarece Le Goff:

“O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.” (LE GOFF, 1984, p.103)

Percebe-se, portanto, que a concepção de documento nos remete a pensar parcialidade e impossibilidade de acesso às verdades de um período histórico. Nenhum mecanismo de que a história se utilize é capaz de remontar o passado tal qual ele foi. Com os documentos não é diferente. Estes se constituíram em meio a uma infinidade de conflitos entre as forças de uma época. Não são capazes, portanto, de remontá-la ou reconstituí-la. Podem sim ser utilizados como fontes, para que seja possível conhecer um grupo ou um acontecimento do passado. Estes não surgem de maneira inexplicável, sua existência ou ausência denunciam modos e conflitos da época na qual foram criados.

“Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem aqui ou ali pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercício técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo e nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.” (BLOCH, 1941-42, p.29-30)

“O vestígio é por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou; e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente, desapareceu... sem deixar vestígio.”

(ROUSSO, 1996, p.5)

Capítulo 3

Breve histórico sobre a Ilha Grande

O código civil de 1890 passou a considerar criminosos bêbados e prostitutas que eram então enviados à Ilha Grande. Em 1894, estabeleceu-se a primeira Colônia Correcional. Esta foi denominada Colônia Correcional Dois Rios, e “a 27 de setembro foi instalada a Dois Rios na Ilha Grande, a qual foi dado regulamento por decreto nº 1794 de 11 de setembro do ano passado (1894).”⁶

“A colônia Correcional, situada na Ilha Grande, no lugar denominado Dois Rios (que lhe deu o nome), tem sua sede em um vale à margem do Atlântico e no sopé de uma montanha. Dista poucas milhas do continente. O local está aproximadamente a 1° e 8' de longitude oeste do observatório do Rio de Janeiro e a 23° e 10' de latitude sul. Dista cerca de 300m da praia que lhe serve de porto de embarque e desembarque [...] , possui a Colônia dois pequenos rios de águas frescas, doces, leves formando magníficas cachoeiras. [...] A sede da Colônia pelo lado do norte, do sul e de oeste é contornada por íngremes e elevadas montanhas revestidas de soberba vegetação, que lhe purifica o ar.”
(Relatório de abril de 1896, “Posição e sede da Colônia”. Arquivo Nacional)

Cabia à Colônia Correcional de Dois Rios reabilitar aqueles que atentavam contra a ordem social estabelecida: bêbados, vagabundos, mendigos, capoeiras, menores viciosos entre outros. Entre os detentos se encontravam homens mulheres e crianças. Apenas a partir da Lei nº 947, 29/12/1902, estabelece-se a separação dos internos segundo causa do recolhimento, sexo e idade.⁷

⁶ Relatório de 1895, apresentado ao Presidente da República Sr. Prudente de Moraes por Dr. Antônio Gonçalves Ferreira, Ministro de estado da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional.

⁷ Sobre a criação da Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, ver Santos 2004.

A Ilha chegou a receber rebeldes da Revolta da Armada (1893) e em 1932 foram enviados para lá os revoltosos da Revolução Constitucionalista, que estiveram encarcerados nas edificações do Lazareto, na Vila do Abraão.

Durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, houve fusão e construção de unidades prisionais, além do aumento do número de presos políticos, inclusive estrangeiros, nos presídios locais. A partir do decreto-lei 3.971, 24/12/1941, foram transferidos para a Penitenciária Agrícola, da Ilha Grande, que passava a denominar-se Colônia Penal Cândido Mendes, situada na Vila do Abraão, os reclusos de bom procedimento que já tivessem cumprido metade da pena.

Outro momento importante para a história das penitenciárias da Ilha é o da ditadura militar. Nesse período, foram enviados para o presídio de Vila Dois Rios presos políticos e presos comuns, enquadrados pelo regime militar. Mais tarde o contato, entre os presos comuns e políticos, iria influenciar o surgimento de organizações criminosas como o Comando Vermelho.

Em 1962, por ordem do então governador Carlos Lacerda, as edificações que abrigavam a Colônia Penal Cândido Mendes, no Abraão, desde 1941, foram destruídas por quilos de dinamite. O presídio de Vila Dois Rios foi implodido em 1994. Dentre as explicações para a implosão estavam o alto custo de manutenção, as fugas e a corrupção.

O caso da Ilha Grande e a situação dos arquivos do sistema penitenciário na atualidade

Como e porque trabalhar com essa idéia descaso em relação à documentação dos presídios da Ilha Grande? Como já foi aqui apresentado, durante o tempo que participei da pesquisa da professora Myrian Sepúlveda, me causou grande espanto a dificuldade de encontrar documentos que nos permitissem montar um quadro histórico institucional do presídio, visto que se trata de uma história que, apesar de antiga, tem seu fim em um momento bastante recente na história do nosso país.

O Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), último nome pelo qual ficou conhecido o presídio de Vila Dois Rios, foi implodido em 1994 sob a propaganda de um sistema fracassado e a esperança de que se pensasse melhor as políticas do cárcere, a partir dos

erros anteriores. Sua implosão parece inaugurar uma era de descasos. E é sobre esse descaso que vou fundamentar essa análise.

A política penitenciária do Estado modificou-se muito ao longo dos cem anos de funcionamento do presídio. Na era Vargas, foi implantado o sistema de trabalho nas unidades penitenciárias. Esta modificou-se bastante nas últimas décadas. Muitos moradores, como já foi anteriormente demonstrado, possuem certo saudosismo em relação à época em que o presídio funcionava na Vila Dois Rios.

A concessão de exploração do território pela a UERJ inaugura a entrada de diversos grupos de pesquisa, entre os quais, aqueles que se interessariam em compreender melhor a realidade que envolvia os moradores e o presídio. Assim sendo, em 2001, a professora Myrian Sepúlveda em, uma de suas idas à Ilha Grande, no sentido de conhecer melhor o território, para que fosse possível a realização de seu trabalho intitulado “História e Memória das Instituições Carcerárias da Ilha Grande”, indicada pelos moradores encontrou documentação sobre o referido presídio em um dos prédios que haviam sido desativados. Em meio a roupas sujas, garrafas PET, lixo, sujeira, mato e mofo, encontrou parte da documentação referente ao Presídio.

Ao descaso em relação aos documentos que contam a história do presídio de Vila Dois Rios, aliou-se a dificuldade de encontrar documentos referentes a esse presídio nos diversos arquivos públicos e privados. Foram feitas algumas visitas a instituições, no sentido de encontrar essa documentação. Em cada lugar percorrido, apesar de muito bem recebida, eu encontrei somente pistas de indicações e possibilidades de onde essa documentação poderia ser encontrada. Embora eu tenha saído da pesquisa em 2004, o levantamento de material continuou sendo realizado. A pesquisa conta hoje com uma equipe de bolsistas e estagiários significativa, no entanto as dificuldades são as mesmas. E quando se consegue encontrar documentação pertinente, esbarra-se em um outro impasse: a burocratização, a lentidão e a desorganização das instituições públicas de arquivamento.

Diante desse contexto, percebe-se a dificuldade do Estado em manter, gerenciar, organizar e abrir para o acesso a documentação sobre o sistema penitenciário.

Eu me pergunto, portanto, o que mudou desde a experiência da Ilha Grande até então? Será que temos utilizado essas experiências para repensar o sistema carcerário e na medida do possível, contribuir para sua melhoria? Analisando o Censo-Guia 2002 de

Arquivos Brasileiros Públicos e Privados, principalmente no que diz respeito às instituições Jurídicas e do Sistema Penitenciário, percebe-se que pouca coisa se modificou. Assim como no caso da documentação encontrada na Ilha Grande, este censo nos revela o estado lastimável em que se encontram esses arquivos.

Como forma elucidativa, cito aqui alguns exemplos:

<i>Código de Referência e Nome</i>	<i>Subordinação / Vinculação Administrativa</i>	<i>Depósito</i>	<i>Condições de Guarda do Acervo e acesso à documentação</i>
BR RJ SEDHUSP SSA Subsecretaria Administrativa	Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço e madeira; não há controle de temperatura e umidade; prevenção contra insetos eventual; não há prevenção contra incêndios.
BR RJ SEDHUSP AJ Assessoria Jurídica	Gabinete do Secretário de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço e madeira; não há controle de temperatura e umidade; prevenção contra insetos eventual; não há prevenção contra incêndios.
BR RJ SEDHUSP COR Corregedoria	Subsecretaria de Assuntos Institucionais e de Justiça da Secretaria de Estado Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; controle de temperatura e umidade parcial; prevenção contra insetos eventual; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; não é permitida a reprodução de documentos.

<i>Código de Referência e Nome</i>	<i>Subordinação / Vinculação Administrativa</i>	<i>Depósito</i>	<i>Condições de Guarda do Acervo e acesso à documentação</i>
BR SEDHUSP CCA Coordenadoria de Contabilidade Analítica	RJ Departamento Geral de Administração da Secretaria de estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; não há controle de temperatura e umidade; prevenção contra insetos eventual; prevenção contra incêndios: extintores manuais. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; não é permitida a reprodução de documentos.
BR SEDHUSP DM Divisão Material	RJ Departamento Geral de Administração da Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; não há controle de temperatura e umidade; não há prevenção contra insetos; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; não é permitida a reprodução de documentos.
BR SEDHUSP DPI Divisão Pessoal Inativo	RJ Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; não há controle de temperatura e umidade; prevenção contra insetos eventual; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; é permitida a reprodução de documentos, mediante autorização.

<i>Código de Referência e Nome</i>	<i>Subordinação / Vinculação Administrativa</i>	<i>Depósito</i>	<i>Condições de Guarda do Acervo e acesso à documentação</i>
BR SEDHUSP DRP Divisão de Registro e Pagamento	RJ Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; não há controle de temperatura e umidade; prevenção contra insetos eventual; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; é permitida a reprodução de documentos, mediante autorização.
BR SEDHUSP DRF Divisão de Registros Funcionais	RJ Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Estado e Direitos Humanos e Sistema Penitenciário	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; não há controle de temperatura e umidade; não há prevenção contra insetos; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; é permitida a reprodução de documentos, mediante autorização.
BR SEG Serviço de Segurança	RJ PAF Direção do Presídio Ary Franco	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos não estão acondicionados e não estão armazenados em mobiliário; controle de temperatura e umidade: parcial; não há prevenção contra insetos; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno; não há local específico para consulta; não é permitida a reprodução de documentos.

<i>Código de Referência e Nome</i>	<i>Subordinação / Vinculação Administrativa</i>	<i>Depósito</i>	<i>Condições de Guarda do Acervo e acesso à documentação</i>
BR RJ PEM SEG Serviço de Segurança	Direção do Presídio Evaristo de Moraes de	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço e madeira; não há controle de temperatura e umidade; não há prevenção contra insetos; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; não é permitida a reprodução de documentos.
BR RJ PNH SC Seção de Custódia	Serviço de Segurança do Presídio Nelson de Hungria	Não possui dependências específicas para arquivo.	Documentos acondicionados e armazenados em mobiliário de aço; não há controle de temperatura e umidade; não há prevenção contra insetos; não há prevenção contra incêndios. Consulta liberada somente para usuário interno por razões judiciais; não há local específico para consulta; não é permitida a reprodução de documentos.

Fonte: Censo-Guia De Arquivos Brasileiros: Públicos e Privados. APERJ; CPDOC / FGV, 2002.

Percebe-se, portanto, que a maioria da documentação referente ao sistema penitenciário, continua enfrentando dificuldades em seu tratamento. Dessa maneira, muito se perde, pouco se analisa, e, por conseguinte, muito pouco se critica e se modifica. Embora não seja novidade, comenta-se bastante sobre a falência do sistema penitenciário. As implosões, prática muito utilizada, a partir do momento em que determinada instituição carcerária esgota todas as possibilidades, se realizam, com a promessa de renovação do sistema falido. No entanto, percebe-se que

“O espetáculo da implosão parece sempre detonar o mal pela raiz e apontar a esperança de uma mudança radical. A cada espetáculo de destruição sucedem-se novas construções de complexos penitenciários,

cada um deles sede de relatos mais infernais que os precedentes. A implosão dos complexos penitenciários, a transferência dos presos, a denúncia da violência repetiu-se em muitas nuances em 1962, 1994 e 2002. Mas será que o público não sabe que estas denúncias e espetáculos de destruição e mudança não passam de uma farsa?” (SANTOS, 2005, p.3)

As políticas do cárcere, assim como as experiências sociais traumáticas, carregam consigo a necessidade do esquecimento, que joga essas experiências em um canto obscuro da história, e dificulta que elas possam ser apresentadas e discutidas posteriormente. Como trabalhou Michael Pollak em seu texto: Memória, esquecimento, silêncio. Essa necessidade de esquecer é acompanhada pela importância de lembrar. Ele nos dá o exemplo das discussões que ocorreram na Alemanha sobre o fim da Segunda Guerra Mundial. Era um impasse organizar uma comemoração de um acontecimento que provocava tantos sentimentos nas pessoas. Ou seja, se de um lado a vontade de esquecer tem sua força, de outro surgem freqüentemente manifestações comemorativas, daqueles que Pollak chama de “acontecimentos dilaceradores”.

Nesse sentido, gostaria de pensar a política das implosões dos presídios. Estas podem ser enquadradas no caso do presídio da Ilha Grande (1994), mais atualmente com a implosão do Carandiru (2002) e agora mais recentemente do Complexo Frei Caneca, na política do esquecimento e são causadoras de um vazio não só físico, mas também documental, que aliados influenciam e ratificam o obscurantismo existente em torno das questões dos presídios.

Capítulo 4

A consolidação das histórias do cárcere no imaginário social

A intenção deste capítulo é analisar como as instituições penitenciárias se fixam na memória coletiva, ou, em outras palavras, considerar a maneira pela qual as histórias do cárcere se consolidam no imaginário social. Dada a ausência e a confusão em torno das informações, como a sociedade em geral se lembra das histórias do cárcere?

O exemplo do ECOMUSEU nos ajudará a pensar a confirmação de um paradigma que se tem em relação ao cárcere: a marca do desinteresse. Dessa forma faz-se interessante analisar as questões que se colocam diante da tentativa de implementação do projeto do Museu do Cárcere, na Ilha Grande, tendo sempre por orientação o questionamento: será que quando o presídio vira museu, a carga negativa que se constituiu ao longo do tempo sobre a instituição sofre alterações?

A análise do livro *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, e do filme *Carandiru*, de Hector Babenco, possibilita compreender melhor os caminhos da memória e a maneira que certos discursos, apesar de parciais, se fazem passar por totalidades no imaginário social. Nesse caso a experiência de um discurso específico toma o cenário da memória coletiva e compõe o imaginário social como a história de uma realidade simplificada e verdadeira.

Abordagens diferenciadas, que, no entanto, desejam tratar o mesmo tema: os caminhos da memória. A idéia do debate consiste em compreender a força de determinados discursos em orientar o olhar sobre uma realidade específica. Dessa forma é interessante analisar em que medida a história das instituições penitenciárias se modifica ou em que medida as lembranças já existentes se cristalizam no imaginário da sociedade. Percebe-se que apesar de sofrer ressignificações o discurso sobre o espaço do presídio mais se solidifica do que se modifica. As tentativas de tornar a realidade do presídio em museu ou arte ratificam as questões em torno da nebulosidade do universo estudado e intensificam a idéia de que a instituição está à margem da sociedade, na medida em que o debate que geram não possui nada que possibilite a mudança dos paradigmas sobre os quais a sociedade ergue seus conceitos.

A experiência do ECOMUSEU

Um dos projetos desenvolvidos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela professora Myrian Sepúlveda dos Santos, para a Vila de Dois Rios consiste em um museu, ou melhor em um ECOMUSEU. As tentativas de implantação desse projeto vem sendo desenvolvidas desde 1999. O projeto gerou um debate acalorado entre diversas instituições e inclusive participaram dos debates os próprios moradores de Vila Dois Rios.

“o conceito de ecomuseu surgiu na França, na década de 1970, associado ao propósito de preservar o meio ambiente global em que o homem se insere e associar o público ao conhecimento e à defesa desse meio. (Huges de Varine, 2000, p.62)” (SANTOS, 2005, p.3)

Este museu estaria dividido em quatro módulos: Centro de informações, Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente e Centro Multimídia. Nesse caso, vou me ater ao debate sobre a implementação de apenas um dos módulos, que seria a implantação do Museu do Cárcere, justamente porque essa experiência pode nos ajudar a pensar a confirmação de uma análise em torno do presídio. A transformação de lugar de esquecimento para lugar de memória é que será o centro da minha discussão.

Como já vimos anteriormente, há uma certa nebulosidade em torno das questões do cárcere. A história de seus arquivos e documentos é tratada com um certo desleixo pelo Estado, no que diz respeito à manutenção, ao acesso, ao local de arquivamento, dentre outros tantos problemas, que dificultam o acesso a informação no caso dessas instituições

Qual seria, portanto, o interesse em criar um museu que fosse tratar justamente dessa história de descasos? Os museus, locais da memória por excelência, possuem um vínculo com o Estado, na medida em que mantêm vivo o que os organismos oficiais privilegiam. A grande questão que se coloca, é: como incentivar o interesse do Estado e da sociedade civil em manter viva uma história, que ao longo do tempo não tem sido contada? Há interesse em procurar e recuperar documentos que vêm sendo destruídos sistematicamente?

Talvez seja esse um dos motivos mais interessantes de serem analisados em relação às dificuldades de implementação de um museu do cárcere. Este museu vai de encontro a uma política que até então tem como fundamento esconder, dificultar, e desorganizar. Percebe-se a dificuldade de recordar, facilitar o acesso e organizar dados de uma história

que é até hoje relegada ao esquecimento. Como podemos perceber, o Estado (ver quadro capítulo 3) tem enormes dificuldades em tratar da documentação existente relativa às políticas estaduais. No que diz respeito ao sistema carcerário esta dificuldade aparece de forma exacerbada. A precariedade na preservação de documentos pode ser percebida em todo o sistema, desde secretarias, corregedorias, alcançando órgãos diversos vinculados ao sistema penitenciário.

O Museu do Cárcere enfrenta enormes obstáculos , ao inserir a prática da memória, em um contexto de esquecimento e descaso.

“A proposta de criação do Museu do Cárcere também é polêmica, pois embora tenha o apoio de moradores locais, principalmente daqueles que mantiveram algum vínculo com as antigas penitenciárias, ela sofre resistências dentro da própria UERJ, que pretende transformar a antiga área carcerária em um campus universitário e afastar o que é compreendido como sendo os ‘fantasmas’ do presídio.” (SANTOS, 2005, p.3)

Percebe-se que só querem se lembrar dessa história aqueles que estiveram envolvidos com o cotidiano dos presídios; nesse caso, contar a história do presídio é revisitar a história e as memórias de vida. Nesse caso, quando não temos testemunhos materiais diretos de um passado, porque este não foi vivenciado por todos ou porque não tivemos relatos orais ou documentais sobre ele, as lembranças tendem a escassear, ou ao menos a amenizar as passagens conflitantes.

Transformar o presídio em museu, mantém viva a idéia de resguardar a memória traumática de um episódio do passado. Quando o presídio vira museu, a imagem pesada e negativa parece não sucumbir. O mal não é extinguido e a instituição continua a fazer parte de uma memória coletiva, presente e viva, como representação de uma história desqualificada.

“A questão que se coloca é de que forma preservar as ruínas do antigo Instituto penal Cândido Mendes (IPCM). Um dos modelos de museu-prisão mais conhecido do mundo é aquele utilizado na Ilha de Alcatraz, onde o sistema prisional se tornou um espetáculo da violência descontextualizado e apresentado como sendo um sistema do passado, um sistema de exceção.” (SANTOS, 2005, p.11)

A questão volta a ser colocada aqui: como e porquê lembrar essa história? A quem ela interessa, que conflitos existem nessa batalha travada entre memória e esquecimento? Avaliar as questões da implantação do Ecomuseu, assim como acompanhar os caminhos dos arquivos de presídio será sempre um exercício interessante para o melhor entendimento das questões acerca de seleção dos documentos da história a serem preservados. Percebe-se que a possibilidade de implantação da marca da memória no lugar do esquecimento, seja em qual for sua vertente, esbarra nas dificuldades que se constituíram ao longo da história em torno da consolidação da imagem negativa que se tem acerca da realidade carcerária.

Quando o Carandiru vira filme

Diante de um evento ou acontecimento social e histórico, pode ser lançada uma diversidade de olhares. A construção da memória leva em consideração essa diversidade, a partir do momento que passamos a pensá-la como constituída em um espaço conflituoso. Conflitos estes que se travam diante das inúmeras possibilidades de análises que podem ser feitas em torno dos eventos. Certamente podemos perceber que as forças envolvidas nesse embate não se utilizam das mesmas armas para manter seus interesses vivos. Estes variam de acordo com o poder de dominação dos grupos, que podem estar representando interesses de instituições diversas ou mesmo de um grupo social majoritário.

Se pensarmos a realidade das instituições penitenciárias no Brasil, não poderemos deixar de levar em consideração as variações em relação às percepções em torno do cárcere. Um discurso oficial, marcado por lapsos, omissões e confusões, entrelaça-se a diversos discursos que surgem na sociedade civil. A tentativa de jogar essas experiências na esfera do que “não se discute” deve certamente permear qualquer estudo que pretenda compreender melhor a realidade do cárcere, mas é importante perceber que há diversas iniciativas nesse campo.

Diante dessas informações, gostaria de pensar o livro de Drauzio Varella, Estação Carandiru; e o filme de Hector Babenco, Carandiru, no sentido de analisar as produções cinematográficas e literárias que surgem sobre os presídios, após suas desativações e/ou implosões.

As instituições carcerárias mesmo quando desativadas ou implodidas permanecem com uma marca negativa, uma marca de desvios de verba, mortes, e fugas. Erros que a história oficial pretende esconder a partir das implosões e das novas construções de presídios. O que se percebe é que, após essas implosões, criam-se espaços mitificados sobre o que resta dessas instituições. Tratarei aqui basicamente do caso da implosão do Complexo do Carandiru, ocorrido em 2002, no Estado de São Paulo.

“O recente filme de Hector Babenco, livre adaptação do livro do médico Drauzio Varella, ‘Estação Carandiru’, que já vendeu mais de 330.000 exemplares, e mantém a média de 5.000 cópias vendidas por mês, nada mais fez do que explorar o que tem sido reiteradamente explorado, ou seja, a violência e brutalidade nos presídios brasileiros, bem como a cinematográfica destruição das marcas do mal por meio de imagens da implosão do presídio. Em dezembro de 2002, a imprensa mostrou ao seu público quilos de explosivos, sete segundos de estrondos e poeira, e os 80 mil quilos de entulho que restaram de três pavilhões destruídos. Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo [de 8 de dezembro de 2002], ‘a história de mortes, rebeliões e fugas do chamado massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, começa a mudar, segundo o governo do estado, com o uso de 205 quilos de explosivos’.” (Apud Santos 2005)

Podemos perceber que, de acordo com o discurso oficial, a implosão do Complexo do Carandiru anuncia uma nova história, um novo momento para as instituições penitenciárias no Brasil. Entretanto, como percebemos o Carandiru hoje, quatro anos após sua implosão? O que lembramos da experiência do Carandiru?

Não me assustaria caso a resposta a essa pergunta fosse: “Carandiru, eu li o livro” ou “Carandiru, eu vi o filme.” Passados quatro anos desde a implosão do Complexo do Carandiru, muito do que lembramos é resultado justamente do livro de Drauzio Varella e do filme de Hector Babenco. Assim como muito do imaginário existente sobre a “Cidade de Deus” se constituiu a partir do filme de mesmo nome.

É fundamental problematizar essa questão. As histórias do Carandiru, apresentados no livro, assim como as do filme, são histórias particulares. Olhares específicos sobre a realidade vivenciada por Drauzio Varella durante o período que trabalhou no presídio. No entanto, para muitos o Carandiru, de Drauzio Varella, é o único conhecido. O risco de que este olhar se torne totalidade no imaginário de muitos é muito forte. A força que o livro e mais tarde o filme representaram no território nacional, a atenção da mídia a estas obras, as

cifras em torno das vendas, assim como a grande propaganda sobre a obra cinematográfica, fazem emergir um imaginário sobre Carandiru, que em muito tem a ver com o filme.

Os limites entre ficção e a realidade são tênues. A pergunta que não cala é: “Carandiru é ficção ou realidade?” Sabe-se que o livro Carandiru, se baseou na experiência de Drauzio Varella durante o período em que trabalhou no presídio, e que o filme foi uma adaptação de Hector Babenco para as telonas. Percebe-se que uma mistura entre ficção e realidade confunde os leitores e o público que assistiu ao filme. Discurso que pode ser percebido até mesmo na fala do próprio autor do livro.

“Mas, talvez o mais impressionante em “Carandiru” seja a recriação primorosa do ambiente interno do presídio. Daqui a cem anos, se alguém quiser saber como era a maior cadeia do Brasil no final do século XX, vai dispor de um documento fiel. As cenas das galerias e do pátio externo foram filmadas no pavilhão Dois, porém as que se passaram no interior das celas tiveram que ser rodadas nos estúdios da Vera Cruz, por exigências técnicas. A equipe de arte dirigida por Clovis Bueno fez um trabalho de criação tão perfeito, tão respeitoso aos detalhes, que nem os funcionários mais antigos da Detenção desconfiaram da existência de cenários. A presença onipotente de Nossa Senhora Aparecida, tradicional protetora da cadeia, desenhada em tamanho gigante na muralha, por exemplo, é antológica. Às vezes, levamos cinco minutos para perceber que estamos vendo um filme a que já assistimos. Com “Carandiru” isso jamais acontecerá; as imagens são inesquecíveis. ‘Carandiru’ é um daqueles filmes que o espectador nunca mais esquece. Vocês não imaginam a felicidade de escrever um livro que deu origem a um filme desses!”⁸

No debate que o filme gera, assim como nas palavras do autor do livro a dúvida entre ficção e realidade persiste. Carandiru é cenário ou realidade? Nas palavras do próprio autor do livro, Carandiru, é uma recriação primorosa. No entanto, linhas depois, Carandiru, é documento fiel. Percebemos que a utilização do nome “Carandiru”, como nome do filme, faz com que as pessoas se apropriem de um Carandiru real, ao discutir um Carandiru, “recriação primorosa”. Os tipos sociais retratados no Carandiru, ganham universalidade e se cristalizam de tal forma no imaginário social, que parece nos fazer operar com a idéia de que em qualquer presídio aqueles tipos serão encontrados. Percebe-se portanto que o filme Carandiru, se torna alegoria de um Carandiru real.

⁸ Trecho do texto de Drauzio Varella: “As imagens inesquecíveis de ‘Carandiru’.”, retirado do site: <http://www.drauziovarella.com.br/carandiru/critica.asp>. (Acesso em 19/6/2006)

Nos discursos de alguns espectadores também podemos perceber as nuances entre o ficcional e o real. Alguns deles serão aqui utilizados para melhor elucidar essa questão.

Raphael (Crítica do Leitor): "Excelente filme, mostra a realidade e conscientiza as pessoas a não se envolverem no mundo do crime! Do meio ao fim fiquei traumatizado em lembrar que aquele pesadelo foi a realidade, muito chocante."

Pâmela Nunes (Crítica do Leitor): "Eu adoro o filme, pois mostra a realidade."

Roberto Alves (Crítica do Leitor): "O filme é muito interessante pois faz a sociedade "visitar" um presídio."

Letícia (Crítica do Leitor): "Eu gostei, porque não é sempre que temos a nossa realidade tão exposta, é sempre tudo escondido, camuflado, mau explicado."

Thiago Luiz (Crítica do Leitor): "É um bom filme, apesar de não retratar muito a dura vida dos presidiários. O autor acabou fazendo do filme uma verdadeira comédia."

Maycon (Leitor do Adoro Cinema): "O filme é excelente, até que enfim fizeram um filme que mostra uma realidade, realmente verdadeira. Eu nunca vi um filme brasileiro onde os atores trabalham de uma tal forma que parece uma cena real."

Thaís (Leitora do Adoro Cinema): "É um ótimo filme! Mostra a verdade e não a ficção de mais um filme de drama."⁹

Como podemos perceber, a confusão entre realidade e ficção persiste na fala dos espectadores de *Carandiru*. Fala-se muito que o filme mostra a verdade, como se este, ou qualquer outro filme, livro ou mesmo pesquisa pudesse ter acesso à realidade tal qual é ou foi. *Carandiru*, tanto o livro, quanto o filme, são retratos parciais de uma história, que com sua força de divulgação correm o risco de se deixar existir enquanto retrato fiel de um *Carandiru* que existiu por muito tempo e no que entanto pouco se permitiu conhecer pela sociedade em geral.

Obviamente, as contribuições que o cinema, assim como a literatura podem trazer para enriquecer debates sobre determinados temas, não devem ser deixadas de lado. No entanto, minha crítica se fundamenta sobre as sobreposições entre realidade e ficção que se

⁹ Estes trechos foram retirados de depoimentos sobre o filme *Carandiru*, de Hector Babenco. Site: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/carandiru/carandiru.htm>. (Acesso em 19/6/2006)

fazem e podem ser percebidas nos discursos sobre o filme. É preciso, ao se lançar no debate sobre Carandiru ou qualquer outro evento, que se deixem claras as posições sobre o tema e a maneira que se fala sobre ele, no sentido de que não se corra o risco, de discutir a ficção como realidade. Estas constituem esferas diferentes e devem ser consideradas como tal.

Dessa forma devemos analisar e criticar a literatura que se constitui sobre os presídios, assim como a utilização do tema pela indústria cinematográfica. Fala-se de uma realidade concreta que é vendida como ficção. Fala-se do Carandiru, de maneira real. Mas ao vendê-la, vende-se como ficção. Essa ótica auxilia a amenizar a imagem do local, silencia o que ainda poderia ser dito. A comercialização da violência a faz entrar na memória coletiva, não como o mal a ser evitado, mas como ficção impactante. Uma alternativa seria uma tentativa de análise que deixasse claro quem fala de quem, de quê, e de onde, a fim de que o Carandiru e demais eventos sociais pudessem ser pensados com seriedade, como questão aberta, e não como passatempo de uma tarde de domingo, com pipoca e guaraná.

Considerações finais

Podemos perceber que a memória se constitui em um espaço de conflitos. Pode-se até mesmo falar em memória positiva e negativa. Nesse sentido podemos perceber que para os moradores da Ilha, o presídio é lembrado positivamente. Na época em que ele estava ativado, o presídio representava o trabalho de cada morador, sua contribuição para a segurança, para uma política pública. Ao Estado interessa esquecer o que aos moradores interessa lembrar. A vontade de lembrar se choca com a política que teima em fazer esquecer. Memória e esquecimento andam juntos. Nesse sentido, é necessário atribuir ao conceito de esquecer uma relevância que não é usualmente aceita. Ao desligar o conceito de esquecimento do conceito de memória e ao trabalhar com o que não foi dito, é possível percebermos os conflitos existentes na construção da memória. Valorizar o não dito e entender melhor as circunstâncias em que os fatos ocorreram. Dar relevância ao esquecimento e não trabalhá-lo como apêndice da memória, na tentativa de não valorizar apenas um ou outro. Trabalhar com ambos os conceitos, em contextos específicos, permitindo que eles expressem suas perspectivas parciais.

A intenção deste debate foi trabalhar com o que tem sido esquecido no caso do presídio da Ilha Grande, levando em consideração as ausências, os buracos e o os fatos não contados pela história oficial, e que acabam se ratificando na ausência de documentação.

O ato de esquecer se relaciona com experiência material. Dessa forma, o Estado pode interferir nas relações dos indivíduos naquilo que os faz lembrar e/ou esquecer. A documentação é um exemplo de mecanismo a partir do qual hábitos e expressões de uma época podem se manter vivos na memória. Conservá-la ou deixar que seja abandonada pode significar a perda de elementos importantes na construção da história de um momento específico da humanidade.

Interpretar a fundo os significados desse esquecimento e analisar como a máquina da memória continua dilacerando determinados eventos é tarefa que deixo para um outro trabalho. Por enquanto fico com a tarefa de tirar os panos que encobrem buracos, para que, cientes de sua existência, possamos evitar cair nas armadilhas que tendem a nos fazer desviar deles.

Bibliografia

- ANDRADE, Carlos Drummond de. IN: (*memoria*): *Boitempo (E a falta que ama)*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin : sociologia*. Organizador [e tradutor] : Flavio R. Kothe. São Paulo: Atica, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: T.A Queiroz Ed.; EDUSP, 1987.
- CÍCERO, Antonio. *Guardar: poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- COSTA, Célia. Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*. Descobrimentos. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.
- DURST, Rogério. *Madame Satã*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (Coleção Encanto Radical)
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.
- HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (orgs.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *Enciclopédia EINAUDI*. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, p. 95-106, 1984.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia EINAUDI*. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional ; Casa da Moeda, v. 1, p. 11-50, 1984.
- LEMOS, Ingrid Borges de. *A memória radiofônica no Sistema Globo de Rádio: um estudo de caso sobre a lógica da representação das linguagens oral e jornalística*. Rio de Janeiro: [s.n], 2005.
- LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Petrópolis: Vozes / Rio de Janeiro: ISER, 1991.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território: Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Memória. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RELATÓRIO DE ABRIL DE 1896, apresentado ao Presidente da República Sr. Prudente de Moraes por Dr. Antônio Gonçalves Ferreira, Ministro de estado da Justiça e Negócios Interiores. “Posição e sede da Colônia”. Arquivo Nacional.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*. Historiografia. Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

SANTOS, Kelly Pedroza. *Memória Coletiva e Identidade na Vila Dois Rios*. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A Prisão dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos no Início da Era Republicana. *Topoi Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 138-169, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A violência que se repete nos interior dos presídios*. Rio de Janeiro: Interseções, v. 7, n. 1, p. 139-158, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e memória: o caso do Ferrugem. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 46, p, 271-295, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O Mal que se (In)Define na Ausência de Deus e da Natureza. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar Em Ciências Sociais*, Florianópolis, v. 71, p. 3-21, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os conflitos entre Natureza e Cultura na Implementação do Ecomuseu. *Ilha Grande. História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 381-400, 2005.

SCHWARZTEIN, Dora. Efervescencia memorialista. In: *Revista de la Asociación de historia Oral. Palabras y Silencios*. Nueva época, v. 2, n. 1, 2003.

SMIT, Johanna. *O que é documentação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.